



TRANSIÇÃO justa no SETOR financeiro

Setembro, 2026



Transição Justa no Setor Financeiro

Publicado por Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Headquarters:
Bonn e Eschborn

GIZ Agência Brasília

SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70.711-902 Brasília/DF

T + 55-61-2101-2170 | giz-brasilien@giz.de | www.giz.de/brasil

Autores

Tatiana Assali, Rachel Besso,
Guilherme Teixeira, Rafael Guerrero,
Marina Ramos, Paola Lemes e Dayany
Martins

Coordenação

ABDE: Eduardo Djanikian
GIZ: Gustavo de Melo Ribeiro,
Carolina Vivaldi

Projeto Gráfico e Diagramação

Luciano Mendes

Apoio e revisão técnica

Ministério da Fazenda: Matias Cardomingo	ABDE: Paula Verlangeiro Vieira, Tamilly Brito, Luiza Nascimento
ILO: Fernando Messineo	UNEP FI: Joana Pedro, Paula Peirao, David Batista De Paula
Libano Aguinaldo Maciente, Antonio Rodriguez Ibarra	
GIZ: Christine Majowski, Alana Stankiewicz Peters, Vitória Souza, Tomas Rosenfeld	

O projeto Finanças Brasileiras Sustentáveis (FiBraS) II faz parte da Cooperação Brasileira-Alemã para o Desenvolvimento Sustentável e é implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH* em parceria com o Ministério da Fazenda (MF), com fundos do Ministério Federal Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ). O projeto visa apoiar o sistema financeiro do Brasil no processo de alinhamento com a sustentabilidade social, ambiental, climática e econômica. Opera em três componentes:

1. Fortalecer questões sociais, ambientais e relacionadas à sustentabilidade climática nas políticas públicas para o sistema financeiro brasileiro;
2. Aprofundar a integração dos aspectos sociais, ambientais e relacionados à sustentabilidade climática nos processos regulatórios e de supervisão do sistema financeiro nacional;
3. Disseminar conhecimento prático sobre instrumentos, produtos e serviços em financiamento sustentável no sistema financeiro brasileiro.

Disclaimer

Todas as indicações, dados e resultados deste estudo foram compilados e cuidadosamente revisados pelas autoras e pelos autores. Apesar disso, podem ocorrer erros com relação ao conteúdo. Dessa forma, nem a GIZ ou essas autoras e autores podem ser responsabilizadas/os por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo, direto ou indireto, resultante do uso ou da confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo que sejam, direta ou indiretamente, resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações.





Transição Justa no **Setor Financeiro**





01	INTRODUÇÃO	05
1.1	TRANSIÇÃO JUSTA E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	07
02	COMO UTILIZAR O ARCABOUÇO ORIENTADOR?	10
	Pilar 1. Fundamentos	12
	Pilar 2. Governança	13
	Pilar 3. Negócios	15
	Pilar 4. Engajamento	17
	Pilar 5. Monitoramento e Reporte	19
03	RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS BRASILEIRAS	21
3.1	PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS	22
3.2	PLANO DE AÇÃO PARA ENDEREÇAR OS DESAFIOS LEVANTADOS	23
	Pilar 1. Fundamentos	25
	Pilar 2. Governança	28
	Pilar 3. Negócios	31
	Pilar 4. Engajamento	35
	Pilar 5. Monitoramento e Reporte	38
3.3	CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS PARA AS IFS	40
	REFERÊNCIAS	41



01

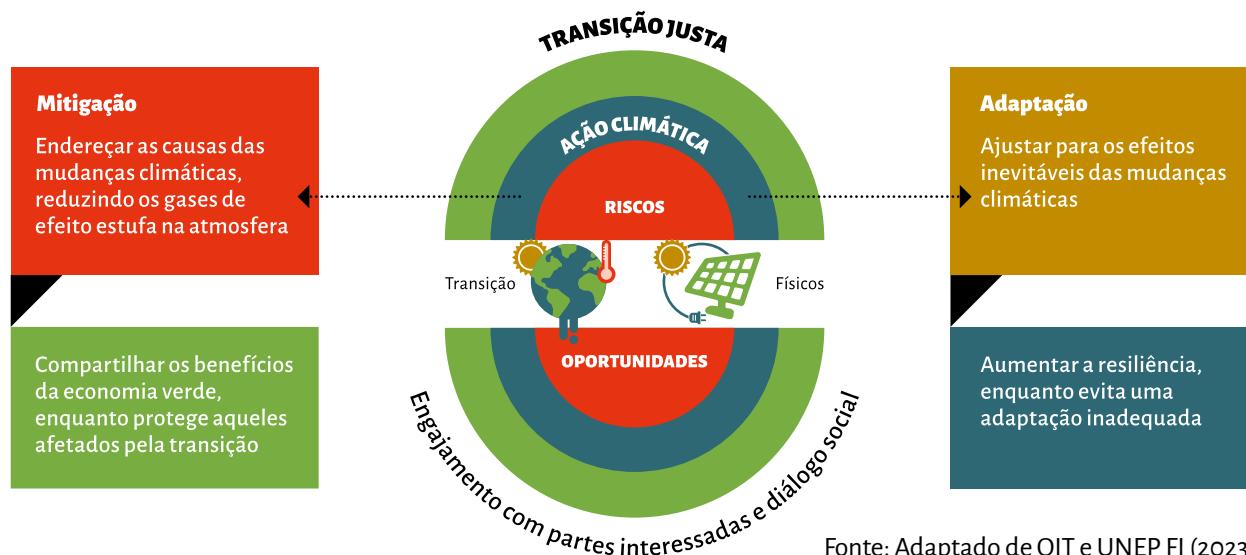
INTRODUÇÃO



A crise climática é também uma crise social (UNEP FI, 2025). À medida que os efeitos das mudanças climáticas se tornam mais críticos e materiais, urge a necessidade de criar soluções que coloquem as pessoas e os grupos afetados pela transição no centro dos debates e decisões sobre os processos de transformação (UNEP FI, 2025; UNFCCC-KCI, 2025). A Transição Justa, neste contexto, é definida como o processo de movimentação para uma economia de baixo carbono e ambientalmente sustentável que seja equitativa e inclusiva, procurando maximizar as oportunidades sociais e econômicas da ação climática, ao mesmo tempo que minimiza e gere cuidadosamente quaisquer desafios inerentes a essa transformação (UNFCCC-KCI, 2025). O conceito visa garantir que ninguém seja deixado para trás ou empurrado para trás durante a transição para uma economia e sociedade de baixo carbono (OIT, 2015).

A importância da Transição Justa está na constatação de que as repercussões adversas das mudanças climáticas e das ações de mitigação e adaptação são distribuídas de forma desigual entre países, setores produtivos, grupos sociais e territórios (OIT e UNEP FI, 2023). A expressão Transição Justa busca abordar especificamente o problema crítico das mudanças climáticas e a necessidade de ação, focando na distribuição de riscos e oportunidades (Figura 1).

FIGURA 1 – TRANSIÇÃO JUSTA



O preâmbulo do Acordo de Paris, firmado em 2015 na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21), reconhece a importância de realizar uma Transição Justa com ênfase em empregos dignos e de qualidade e a imperatividade da transição da força de trabalho ([UNFCCC, 2015](#)). Na COP27, em 2022, as Nações Unidas estabeleceram o *Just Transition Work Programme* (JTWP), ou Grupo de Trabalho sobre Transição Justa em tradução livre para o português. O JTWP formalizou um compromisso de incorporar equidade e proteção social na implementação das políticas climáticas e estabeleceu espaços para a troca de conhecimentos sobre Transição Justa ([GI-ESCR, 2025](#)). Mais recentemente, durante a COP30 realizada em Belém em novembro de 2025, a Transição Justa ganhou ainda mais tração com a discussão sobre o desenvolvimento de um mecanismo global para a Transição Justa ([CLIMATE ACTION NETWORK, 2025](#)).

1.1 TRANSIÇÃO JUSTA E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Um estudo conduzido pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 2024 concluiu que é necessário um fluxo financeiro estimado entre 215 e 284 bilhões de dólares para alcançar os compromissos climáticos estabelecidos pelos países da região ([DE MIGUEL et al., 2024](#)). Neste cenário, o sistema financeiro apresenta um papel crucial e central em viabilizar a transição para economias resilientes e de baixo carbono, mobilizando os recursos necessários para a adaptação e mitigação de forma justa ([UNEP FI, 2025](#)).

A literatura recente sobre Transição Justa no sistema financeiro aponta que o processo de descarbonização pode gerar impactos socioeconômicos adversos relevantes, especialmente em setores e regiões intensivos em carbono. O relatório da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) destaca que a transição pode provocar declínio econômico em atividades carbono-intensivas, com efeitos como perda de empregos, redução da base fiscal e impactos negativos sobre cadeias produtivas e economias locais. Esses efeitos podem ser amplificados por dinâmicas financeiras, na medida em que a reorientação ou retirada de financiamento e seguros afeta diretamente a viabilidade dessas atividades e das regiões que delas dependem ([OIT e UNEP FI, 2023](#)).

De forma complementar, o guia da Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatiza que Instituições Financeiras (IFs) devem identificar, antecipar e mitigar os impactos adversos associados à transição, incluindo desemprego, deterioração das condições de trabalho e disrupções econômicas em comunidades afetadas. Ainda que não trate explicitamente da restrição de crédito, o documento reconhece que as decisões de financiamento são um vetor central da transição climática (Figura 2) e, portanto, podem influenciar a magnitude e a distribuição desses impactos. Assim, reforça-se a necessidade de alinhar a alocação de capital a princípios de inclusão e proteção social, garantindo que a transição para uma economia de baixo carbono ocorra de forma equitativa e sem deixar grupos ou territórios para trás ([OIT, 2022](#)).

FIGURA 2 – O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA TRANSIÇÃO JUSTA



Fonte: Adaptado de [OIT \(2022\)](#)

A transição para uma economia de baixo carbono pode ser excludente e punitiva. Uma abordagem restritiva do crédito pode gerar desemprego, perda de renda e colapso econômico em determinadas regiões, sobretudo em economias fortemente dependentes de atividades intensivas em carbono¹. Nesse sentido, um processo gradual de transição, participativo e apoiado por instrumentos de mitigação social, como políticas de requalificação profissional, diálogo social e financiamento a novos modelos produtivos sustentáveis, é mais recomendado. ([OIT e UNEP FI, 2023](#)).

Para a aplicação do conceito de Transição Justa no setor financeiro, a OIT desenvolveu, em 2022, um arcabouço estruturado em quatro pilares definidos pela Aliança Financeira de Glasgow para Net Zero (GFANZ) para a construção de planos de transição climática robustos. Os pilares são interdependentes e servem para orientar IFs a integrar considerações sociais, trabalhistas e de direitos humanos em suas estratégias de transição climática. Em cada pilar, a OIT define ações que IFs podem seguir para incorporar a Transição Justa em seus processos internos ([OIT, 2022](#)).

¹ Atividades intensivas em carbono são atividades cujo processo produtivo, ou uso do produto resultante, gera altas taxas de emissão de gases do efeito estufa. Alguns exemplos, não exaustivos, são extração e exportação de petróleo, carvão e outros combustíveis fósseis.

FIGURA 3 – ARCABOUÇO PARA INCORPORAÇÃO DA TRANSIÇÃO JUSTA POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS



Fonte: Adaptado de OIT (2022)

Com o objetivo de disseminar o conceito de Transição Justa e suas aplicações no contexto brasileiro, adaptou-se a estrutura e o passo-a-passo apresentados na publicação “Just Transition Finance Pathways for Banking and Insurance” (OIT e UNEP FI, 2023). De forma complementar à estrutura proposta pela OIT, o arcabouço aqui apresentado detalha 19 ações concretas organizadas em cinco pilares, de forma a incorporar a Transição Justa estrategicamente junto às IFs. O arcabouço pode ser conferido no Anexo, e tanto as ações propostas quanto orientações para sua implementação serão detalhadas a seguir.

02

COMO UTILIZAR O ARCABOUÇO ORIENTADOR?



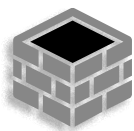


Este capítulo detalha as ações previstas no arcabouço e orienta sua aplicação pelas IFs brasileiras. Em alinhamento com a abordagem da OIT, a implementação está estruturada em cinco pilares — Fundamentos, Governança, Negócios, Engajamento e Monitoramento e Reporte. Os cinco pilares tiveram suas ações adaptadas para refletir as especificidades do contexto nacional e refletir de forma mais detalhada o ciclo completo das operações de crédito, apoiando na operacionalização prática da Transição Justa (Figura 4).

FIGURA 4 – CINCO PILARES DO ARCABOUÇO ORIENTADOR PARA TRANSIÇÃO JUSTA



Fonte: Adaptado de OIT (2022)



PILAR 1: FUNDAMENTOS



A implementação dos princípios de Transição Justa tem como ponto de partida a compreensão de seus fundamentos, traduzindo o conceito de forma alinhada ao mandato histórico das IFs: promover o desenvolvimento econômico, social e territorial. Nesse sentido, este pilar reforça que a Transição Justa não deve ser tratada como um elemento acessório, mas como um critério estruturante capaz de orientar o financiamento climático, a política industrial, a redução de desigualdades regionais e a promoção da inclusão produtiva (OIT e UNEP FI, 2023).

Ao estabelecer esse alicerce conceitual, o pilar de Fundamentos amplia a perspectiva institucional sobre a transição, compreendendo-a não apenas como uma mudança tecnológica, mas como uma transformação socioeconômica que redistribui riscos e oportunidades entre setores, trabalhadores e territórios. Dessa forma, reconhece-se que cada decisão de financiamento influencia trajetórias de desenvolvimento e, portanto, deve incorporar uma visão atenta às desigualdades existentes e às potenciais assimetrias que podem emergir ao longo do processo de transição (UNEP FI, 2025; OIT e UNEP FI, 2023). As ações trazidas neste pilar podem apoiar as IFs a:

- Estruturar diagnósticos de sensibilidade sob a luz da Transição Justa, apoiando na compreensão do contexto territorial, produtivo e social em que operam.
- Avaliar quem ganha, quem perde e quem precisa de apoio em decorrência da exposição desigual aos efeitos da transição para uma economia de baixo carbono e dos impactos das mudanças climáticas.
- Compreender a importância de alinhar metas climáticas a objetivos sociais, reduzindo riscos distributivos, ou seja, a concentração desigual de custos e benefícios da transição entre diferentes grupos, setores e territórios.

A Tabela 1 apresenta o detalhamento das quatro ações propostas dentro do Pilar Fundamentos e do eixo Política e planejamento estratégico. As ações são apresentadas de forma a apoiar as IFs na internalização do conceito de Transição Justa a partir de princípios e processos previstos nos principais instrumentos da regulação prudencial brasileira.

TABELA 1 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES TRAZIDAS NO PILAR 1. FUNDAMENTOS

Ação	Detalhamento da Ação
Compreender a Transição Justa e sua materialidade para a instituição financeira	Realizar diagnóstico de sensibilidade da Transição Justa, considerando os princípios de relevância (setores e territórios financiados) e proporcionalidade (complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos) definidos pelo CMN e BCB.
Assumir o compromisso com a Transição Justa	Adicionar o compromisso com a transição justa no conjunto de princípios e diretrizes da PRSAC, alinhando os objetivos estratégicos de desenvolvimento social da IF com os aspectos da Transição Justa.
Desenvolver um plano de ação para operacionalização da Transição Justa	Especificar como a instituição planeja operacionalizar a contribuição para uma Transição Justa nas ações para a efetividade da PRSAC, considerando os diferentes segmentos de clientes e as exposições regionais e setoriais identificadas no diagnóstico de sensibilidade.
Atualizar e alinhar as políticas atuais	Atualizar a PRSAC e buscar coerência e interoperabilidade da atuação da instituição financeira em Transição Justa com outras políticas internas como aprovação de crédito, gestão de riscos e impactos.

Fonte: Elaboração própria, com base em [ILO & UNEP FI, 2023](#)




PILAR 2:
GOVERNANÇA



O pilar de Governança busca orientar como a Transição Justa deve ser incorporada à gestão, aos processos internos e às estruturas de tomada de decisão das IFs. Mais do que uma iniciativa pontual, trata-se de um esforço de integração transversal, que requer sua incorporação nos processos formais de decisão, nas estratégias de longo prazo, nas políticas operacionais e nos mecanismos de acompanhamento institucional. Isso implica, ainda, a inserção sistemática dos aspectos sociais, territoriais e climáticos nos instrumentos existentes — como políticas, mandatos, metas e critérios de elegibilidade —, evitando que o tema permaneça restrito a áreas específicas e assegurando seu tratamento como uma agenda estratégica e institucional.

Para viabilizar essa integração, o pilar aborda a definição clara de papéis e responsabilidades, o fortalecimento de capacidades internas e o engajamento da alta liderança, elementos essenciais para

garantir coerência organizacional e qualidade nas decisões. Nesse contexto, a governança estabelece quem decide, como decide e com base em quais informações, envolvendo desde a alta administração até as equipes técnicas de análise, risco, jurídico, sustentabilidade e operações. Adicionalmente, demanda a alocação de recursos financeiros e técnicos para viabilizar estudos, diagnósticos e processos de engajamento, assegurando que os princípios definidos no pilar de Fundamentos se traduzam em direção estratégica concreta e em práticas institucionais consistentes.

A seguir, a Tabela 2 apresenta as ações do Pilar Governança e o respectivo detalhamento para sua implementação nas IFs brasileiras dentro do eixo denominado Papéis, responsabilidades e capacidade interna.

TABELA 2 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES TRAZIDAS NO PILAR 2. GOVERNANÇA

Ação	Detalhamento da Ação
Abordar a transição justa nos compromissos do conselho e da alta liderança executiva	Demonstrar o compromisso da alta gestão com a Transição Justa, com atribuições sobre o tema para o diretor responsável pela PRSAC e, opcionalmente, nas instâncias de governança responsáveis pela identificação de oportunidades sociais, ambientais e climáticas.
Definir papéis e responsabilidades claros	Inserir responsabilidades claras e linhas de reporte relativas à Transição Justa, envolvendo os níveis de governança previstos na PRSAC e no GRSAC, incluindo diretoria executiva, comitês de assessoramento e instâncias de supervisão do conselho de administração. As responsabilidades para Transição Justa devem ser refletidas nas descrições de cargos, avaliações e mecanismos de remuneração variável, conforme aplicável.
Desenvolver capacidades dentro da instituição financeira	Assegurar recursos orçamentários e técnicos adequados, promovendo capacitação contínua das equipes em Transição Justa, com inclusão do tema no currículo dos treinamentos. Quando necessário, a instituição pode recorrer a especialistas externos para o fortalecimento de competências internas e disseminação de boas práticas.

Fonte: Elaboração própria, com base em [ILO & UNEP FI, 2023](#)



PILAR 3: NEGÓCIOS



A integração de aspectos de Transição Justa nos instrumentos financeiros é abordada no pilar de Negócios. **Este pilar passou por ajustes e foi expandido em relação ao seu correspondente no arcabouço da OIT, o pilar de implementação (ILO & UNEP FI, 2023).** As ações são divididas em seis eixos, com o objetivo de refletir o ciclo de crédito de ponta a ponta, abordando aspectos de Transição Justa em todas as etapas: na captação de recursos, na estruturação de produtos e serviços financeiros, na prospecção de clientes, na análise e diligência, na negociação e aprovação do crédito e no monitoramento das operações.

As ações buscam demonstrar como linhas de crédito, fundos, garantias, instrumentos de financiamento misto e assistência técnica podem ser desenhados ou ajustados para apoiar simultaneamente a transição para uma economia de baixo carbono e mitigar os riscos das mudanças climáticas em públicos e setores mais vulneráveis a estes impactos. Nesse contexto, este pilar destaca que a Transição Justa pode orientar a priorização de projetos, a definição de critérios de elegibilidade e o apoio a planos de transição de clientes em diferentes setores, além de fortalecer iniciativas voltadas à reconversão produtiva, à promoção do emprego decente e ao desenvolvimento regional.

É neste pilar que a Transição Justa se traduz em prática concreta, indo além de iniciativas institucionais internas e atingindo diretamente as cadeias produtivas e os modelos de negócio através das operações financiadas e outros investimentos. Entre os principais aspectos abordados no pilar, destacam-se:

- Antecipação e avaliação de impactos sociais de mudanças climáticas e de políticas de transição nas operações e setores financiados;
- Incorporação, na estruturação financeira, de critérios e indicadores sociais – como geração e qualidade do emprego, inclusão produtiva, proteção social e respeito aos direitos humanos – conforme métricas definidas para cada setor e detalhadas nas cartilhas temáticas;
- Engajamento com investidores e outros atores do sistema financeiro para repasse de recursos com condições mais pacientes, o que pode contribuir para melhoria nas condições de crédito (taxas, prazos, carência, garantias) e adequação dos produtos financeiros sob a ótica da Transição Justa;
- Acompanhar clientes em setores sensíveis, por meio do desenvolvimento de Planos de Transição, condicionantes ao financiamento e monitoramento de requisitos socioambientais e climáticos específicos para cada setor, de forma alinhada a critérios e metas institucionais.

O objetivo é fazer com que o financiamento seja um vetor de transformação, criando soluções financeiras que contribuam para a ação climática e, ao mesmo tempo, promovam o trabalho digno, o empreendedorismo, e a inclusão e saúde financeira. A Tabela 3 apresenta o detalhamento das nove ações dentro do pilar de negócios.

TABELA 3 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES TRAZIDAS NO PILAR 3. NEGÓCIOS

Ação	Detalhamento da Ação
Desenvolver arcabouço/framework para captação de recursos financeiros para a Transição Justa	Criar ou adaptar arcabouço robusto que defina diretrizes, critérios e mecanismos para captar recursos financeiros destinados a projetos e atividades que promovam uma Transição Justa.
Engajar com investidores e atores do sistema financeiro para a Transição Justa	Engajar com investidores e atores do sistema financeiro (bancos multilaterais, fundos) para captar recursos com condições financeiras (prazo, juros, carência) adequadas para a Transição Justa.
Avaliar oportunidades relacionadas à Transição Justa	Realizar mapeamento contínuo para identificar oportunidades de financiamento da Transição Justa, levando em consideração as necessidades de financiamento para mitigação, adaptação e emergências climáticas, alinhadas à sensibilidade da carteira (ação 1), e às fontes de recursos disponíveis (ação 9).
Desenvolver ou adequar produtos e serviços financeiros para a Transição Justa	Criar ou adaptar produtos e serviços financeiros (como linhas de crédito, garantias, capital concessional, entre outros) direcionados para o financiamento da Transição Justa, especificando critérios de elegibilidade (regiões, setores e grupos alvos) e condições adequadas (taxas, carência, prazo, garantias especiais e assistência técnica). Adequar produtos e serviços já existentes para inserir a lente da Transição Justa.
Elaborar abordagem comercial adequada para a oferta de produtos e serviços financeiros para a Transição Justa	Estruturar uma abordagem comercial que assegure que os produtos e serviços para a transição justa sejam distribuídos com condições acessíveis, focados nos setores prioritários e atendendo aos grupos alvo, evitando impactos desproporcionais entre diferentes segmentos de clientes. Garantir que a comunicação e o posicionamento comercial reforcem transparência, inclusão e suporte durante a transição, com ajustes em canais conforme as necessidades identificadas.
Refletir os aspectos de Transição Justa no processo de análise e diligência	Expandir os modelos de avaliação de risco social, ambiental e climático e os instrumentos de due diligence (por exemplo, questionários, formulários e visitas) para incorporar salvaguardas relevantes para a transição justa (por exemplo, mecanismos de queixa para comunidades afetadas).

Coletar dados, identificar questões-chave e avaliar a capacidade e disposição do cliente para lidar com riscos da transição justa. Refletir elementos da transição justa nos sistemas internos de pontuação de risco e nos preços de aprovação de transações para incorporar informações na tomada de decisão.

Acrescentar ou ajustar cláusulas contratuais e acordos de empréstimo para a Transição Justa

Desenvolver cláusulas para contratos de produtos e serviços financeiros que cubram aspectos da Transição Justa, considerando a materialidade e o porte da operação.

Monitorar aspectos da Transição Justa no nível de cliente e de operação

Coletar e monitorar dados no nível de cliente e operação para avaliar a exposição a fatores de risco social, ambiental e climático relacionados à transição justa, integrando essas informações aos sistemas de gerenciamento de riscos (GRSAC) e de monitoramento de impacto.

Também podem ser mensurados e registrados os impactos positivos decorrentes das atividades apoiadas, especialmente aquelas que promovem inclusão social, geração de emprego e outros indicadores sociais.

Monitorar aspectos da Transição Justa no nível de portfólio

Agregar os resultados e indicadores de Transição Justa monitorados no nível de cliente e operação (ação 16) e reportar às instâncias de governança (conselho de administração, diretoria e comitês de risco), promovendo a integração entre gestão de risco, estratégia e política institucional.

Fonte: Elaboração própria, com base em [ILO & UNEP FI, 2023](#)



**PILAR 4:
ENGAJAMENTO**



O pilar de engajamento buscará destacar o papel singular das IFs como articuladoras entre políticas públicas, setor privado e atores locais e regionais. Será enfatizado que a transição justa também depende de diálogo e de processos participativos, pois os impactos da transição e das mudanças climáticas são vivenciados de forma concreta pelo sistema financeiro, pelas empresas, trabalhadores, comunidades locais, povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais (PCTs). Para as IFs, engajar-se pode significar ir além do papel de fornecedor de crédito e investimento, tendo em vista que podem promover escuta estruturada, apoio à coordenação institucional e participação em parcerias multissetoriais.

O Engajamento olha para fora, reconhecendo que a transição para uma economia de baixo carbono e a mitigação dos riscos decorrentes das mudanças climáticas poderá apresentar melhores resultados

quando construído com diálogo e participação de quem será afetado, direta ou indiretamente, por projetos, mudanças produtivas e relacionadas ao clima. Este pilar envolve escutar, envolver e articular. Ele pode aumentar a aderência das soluções, reduzir conflitos e fortalecer o papel da IF como mediadora entre atores públicos, privados e comunitários.

Entre os componentes característicos do Engajamento abordados neste pilar, destacam-se:

- Consultas estruturadas com comunidades, trabalhadores, pequenos negócios, governos locais e grupos em situação de vulnerabilidade multidimensional (social, econômica e climática), no contexto das mudanças climáticas e da Transição Justa;
- Articulação com parceiros — sociedade civil, setor público e privado, organismos multilaterais — para viabilizar projetos e construir soluções territorializadas.

Para que esse processo seja consistente, a IF pode estruturá-lo institucionalmente, com metodologia clara, equipe capacitada e mecanismos internos que garantam registro, acompanhamento e alinhamento técnico das interações tanto com os clientes quanto com outros agentes. A Tabela 4 apresenta o detalhamento das ações dentro do deste pilar.

TABELA 4 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES TRAZIDAS NO PILAR 4. ENGAJAMENTO

Ação	Detalhamento da Ação
Consultar e engajar com as partes interessadas sobre a Transição Justa	Manter diálogo contínuo com partes interessadas como comunidades, empresas, sindicatos e sociedade civil, para identificar riscos e oportunidades da transição para uma economia de baixo carbono e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. As contribuições desse engajamento devem orientar a implementação da PRSAC, garantindo que as decisões estratégicas e financeiras incorporem perspectivas sociais e territoriais e promovam uma Transição Justa.
Promover e defender a Transição Justa a partir de parcerias	Mobilizar parcerias estratégicas para apoiar o desenvolvimento de projetos alinhados à transição justa e iniciativas de financiamento baseadas no território em que as IFs atuam. Articular-se com pares e demais instituições do sistema financeiro, grupos da indústria e provedores de serviços com influência na cadeia de investimento (como consultores de investimento, provedores de dados e pesquisa) para defender o reconhecimento da transição justa e catalisar ações do setor.”

Fonte: Elaboração própria, com base em [ILO & UNEP FI, 2023](#)



PILAR 5: MONITORAMENTO E REPORTE



19

O pilar de monitoramento e reporte busca apoiar as IFs a acompanhar resultados e prestar contas do financiamento da Transição Justa. A ação neste pilar preconiza que a mensuração de aspectos de Transição Justa implica ir além de indicadores climáticos e ambientais tradicionais, incorporando também métricas relacionadas a aspectos sociais. O monitoramento permite que a instituição avalie se suas intervenções estão, de fato, produzindo impactos socioambientais e climáticos positivos, e se não estão, permite corrigir a rota. Não se trata apenas de medições técnicas: trata-se de transformar dados em decisões e decisões em melhoria contínua.

Para construir o reporte dedicado à Transição Justa em seus relatórios, a IF deve ter clareza das ações, produtos, serviços e resultados oriundos da integração do tema ao seu modelo de negócio. O objetivo é permitir que partes interessadas compreendam como a instituição está incorporando a Transição Justa em seus investimentos, e como isso está refletido em suas rotinas de gestão e nos mecanismos obrigatórios de reporte, como o Documento de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (GRSAC) e o Documento de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (DRSAC), requeridos pela regulação do Banco Central do Brasil.

Entre os elementos fundamentais desse pilar estão:

- Seleção e acompanhamento de indicadores de Transição Justa adequados ao contexto de cada setor e operação.
- Comunicação transparente através dos relatórios já publicados pela IF, como relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e outros reportes externos.

Enquanto os demais pilares buscam apoiar na trajetória de Transição Justa nos diferentes setores e contextos de atuação da IF, o pilar de monitoramento e reporte busca trazer transparência e melhoria contínua deste processo ao longo do tempo. É importante reforçar que exemplos de métricas, indicadores e estudos de caso setoriais são abordados mais detalhadamente nas cartilhas temáticas.

**TABELA 5 – DETALHAMENTO DA AÇÃO TRAZIDA NO
PILAR 5. MONITORAMENTO E REPORTE**

Ação	Detalhamento da Ação
Reportar métricas de Transição Justa institucionais e do portfólio externamente.	Integrar os aspectos, ações, produtos, serviços e resultados relacionados à Transição Justa nas seções já existentes sobre sustentabilidade e clima dos relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e/ou outros reportes externos. A abordagem deve evidenciar como os temas de Transição Justa se conectam de forma transversal aos aspectos ambientais, sociais e climáticos, demonstrando sua integração ao modelo de negócio e aos reportes obrigatórios, incluindo GRSAC e DRSAC.

Fonte: Elaboração própria, com base em ILO & UNEP FI, 2023

03

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS BRASILEIRAS





3.1 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSIÇÃO JUSTA NAS IFS

22

A partir da elaboração do arcabouço, das cartilhas temáticas e consultas às Instituições Financeiras de Desenvolvimento associadas da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), foram identificados desafios relevantes para incorporação dos princípios de Transição Justa no contexto brasileiro. Esses desafios refletem questões institucionais, operacionais e conceituais que limitam uma integração sistemática, sobretudo dos aspectos sociais da Transição Justa, nas estratégias e instrumentos financeiros.

Diante desse diagnóstico, este capítulo apresenta estes desafios e propõe recomendações estratégicas para apoiar na sua superação, oferecendo diretrizes práticas para fortalecer a incorporação da Transição Justa de forma estruturada, alinhada ao mandato dessas instituições e às especificidades do contexto nacional. A Tabela 6 apresenta os desafios levantados, divididos conforme os cinco pilares do arcabouço.

**TABELA 5 – DETALHAMENTO DA AÇÃO TRAZIDA NO
PILAR 5. MONITORAMENTO E REPORTE**

	#	Desafios principais
Pilar 1. Fundamentos	1	Falta de diagnósticos estruturados em Transição Justa que integrem, além do risco climático, a vulnerabilidade social e territorial.
	2	Baixa integração dos aspectos sociais da Transição nas estratégias e políticas das IFs.
	3	Ausência de definição clara e operacional da Transição Justa nas estratégias institucionais.
Pilar 2. Governança	4	Falta de capacitação específica sobre Transição Justa nas IFs.
	5	Responsabilidades sobre Transição Justa pouco explícitas em estruturas internas de governança das IFs.

	6	Fragilidade na prestação de contas sobre impactos sociais dos investimentos relacionados à Transição Justa.
Pilar 3. Negócios	7	Avaliação limitada dos impactos territoriais de projetos sustentáveis ligados à agenda de transição climática.
	8	Fragilidade na incorporação de aspectos de Transição Justa aos processos de crédito.
	9	Ausência de salvaguardas específicas setoriais, além das mínimas regulatórias.
	10	Desalinhamento entre exigências dos instrumentos financeiros atuais e a realidade socioeconômica de públicos afetados pela transição climática.
Pilar 4. Engajamento	11	Capacidade institucional ainda limitada para engajamento com populações vulneráveis.
	12	Processos de consulta pública muitas vezes insuficientes ou excessivamente formais.
	13	Participação ainda limitada e pouco sistemática de grupos vulneráveis no ciclo dos projetos.
Pilar 5. Monitoramento e reporte	14	Falta de métricas padronizadas para Transição Justa, com dificuldade na mensuração de impactos sociais locais.
	15	Dificuldade de integrar dados de vulnerabilidade, acesso a serviços e impactos reais dos projetos.

Fonte: Elaboração própria, com base em [ILO & UNEP FI, 2023](#)

3.2 PLANO DE AÇÃO PARA ENDEREÇAR OS DESAFIOS LEVANTADOS

Esta seção apresenta uma proposta estruturada para a implementação progressiva das diretrizes de Transição Justa nas IFs brasileiras, organizada a partir dos desafios identificados ao longo do projeto. Para cada desafio, é apresentada **uma recomendação estratégica** acompanhada de ações-chave específicas para sua superação, bem como uma avaliação do nível de complexidade, estimativas de prazo para implementação e a projeção dos recursos humanos necessários. Esse formato visa apoiar as instituições na priorização e no planejamento de suas ações, favorecendo uma adoção gradual, consistente e alinhada às suas capacidades institucionais.

Abaixo, é apresentada a estrutura em que cada uma das recomendações será detalhada, com indicação dos parâmetros considerados para avaliação do nível de complexidade, prazo e grau de esforço em recursos humanos.

Pilar
.....
Desafio: [Descrição do desafio]

Recomendação estratégica: [Descrição da recomendação]

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1
.....

Ação 2
.....

Ação 3
.....

Nível de complexidade

BAIXO MÉDIO ALTO

[Com base no escopo da recomendação e grau de dependência de mudança cultural / sistêmica.]

Prazo

CURTO MÉDIO LONGO

[Curto: Até 12 meses
Médio: Entre 12 e 18 meses
Longo: Acima de 18 meses]

Recursos humanos

BAIXO MÉDIO ALTO

[Grau de esforço em recursos humanos com base no perfil das equipes envolvidas.]



Pilar 1. Fundamentos

Desafio 1: Falta de diagnósticos estruturados em Transição Justa que integrem, além do risco climático, a vulnerabilidade social e territorial.

Recomendação estratégica: Desenvolver e institucionalizar uma metodologia de diagnóstico considerando os fundamentos da Transição Justa, ou seja, que integre a análise climática com dimensões de vulnerabilidade social e territorial, orientando a tomada de decisão ao longo do ciclo de crédito e investimento.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Desenvolver uma abordagem padronizada de diagnóstico que combine riscos climáticos (físicos e de transição) com dimensões de vulnerabilidade social e territorial (como renda, acesso a serviços, grupos vulneráveis e uso do solo), definindo níveis de profundidade analítica conforme o porte, setor e complexidade das operações.

Ação 2

Integrar a aplicação do diagnóstico às fases de originação e análise, com exigências diferenciadas conforme o nível de risco, de modo que seus resultados orientem diretamente a classificação de risco, a estruturação das operações e a definição de condicionantes.

Ação 3

Apoiar a aplicação da metodologia com guias práticos e uso de bases de dados públicas e ferramentas de análise territorial (ex.: georreferenciamento), garantindo consistência, comparabilidade e facilidade de uso pelas equipes.

Nível de complexidade



Médio: esforço técnico e menos sistêmico, mas exige alinhamento institucional.

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Área de sustentabilidade + comercial + Planejamento / Estratégia



Pilar 1. Fundamentos

Desafio 2: Baixa integração dos aspectos sociais da Transição nas estratégias e políticas das IFs.

Recomendação estratégica: Institucionalizar a integração de aspectos sociais da TJ nas estratégias e políticas da IF, de forma transversal, tornando sua utilização obrigatória nas etapas de origem, análise e monitoramento das operações.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Incluir explicitamente na estratégia institucional variáveis como geração e perda de empregos, renda, perfil de mão de obra, gênero, vulnerabilidades territoriais e salvaguardas sociais.

Ação 2

Integrar aspectos sociais ao revisar ou criar políticas e normas corporativas (PRSAC, política de crédito, política socioambiental), considerando o contexto de atuação da IF.

Ação 3

Formalizar obrigatoriedade de observação de aspectos sociais da TJ através das políticas e normas corporativas.

Nível de complexidade

Alto: Incorporação sistêmica de novas variáveis

Prazo

Longo: Acima de 18 meses

Recursos humanos

Médio: Exige engajamento da alta administração e outras áreas ligadas a políticas internas



Pilar 1. Fundamentos

Desafio 3: Ausência de definição clara e operacional da Transição Justa nas estratégias institucionais.

Recomendação estratégica: Adotar uma definição institucional clara e compartilhada de Transição Justa — traduzida em dimensões operacionais — e, a partir desse entendimento comum, estruturá-la em metas mensuráveis integradas às estratégias institucionais (ex.: PRSAC) e aos instrumentos de gestão.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Consolidar o entendimento institucional sobre Transição Justa por meio de consultorias especializadas, workshops técnicos, benchmarkings e apoio de referências como OIT e UNEP FI.

Ação 2

Traduzir o conceito em dimensões aplicáveis ao contexto da IF (ex.: emprego digno, inclusão produtiva, impactos territoriais), reduzindo ambiguidades e interpretações dispersas.

Ação 3

Definir dimensões prioritárias de acordo com o contexto de atuação da IF.

Incorporar metas em Transição Justa à estratégia institucional.

Nível de complexidade



Médio: mais conceitual, menos sistêmico

Prazo



Médio: 6 a 12 meses

Recursos humanos



Médio: Sustentabilidade + Planejamento / Estratégia + Apoio técnico externo



Pilar 2. Governança

Desafio 4: Falta de capacitação específica sobre transição justa nas IFs e entes subnacionais.

Recomendação estratégica: Estruturar um programa contínuo de capacitação em Transição Justa, orientado à aplicação prática, para desenvolver capacidades técnicas e operacionais em IFs, e de forma secundária, em entes subnacionais com os quais as IFs atuam.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Criar capacitações diferenciadas por público (alta gestão, crédito, risco, equipes técnicas subnacionais), cobrindo desde conceitos básicos até aplicação no ciclo de crédito e políticas públicas.

Ação 2

Focar em aplicação prática, incorporando estudos de caso reais, simulações de análise de crédito, uso de checklists e indicadores sociais, conectando diretamente com instrumentos da instituição.

Ação 3

Tornar treinamentos obrigatórios e recorrentes, integrados a processos de onboarding, avaliação de desempenho e atualização periódica conforme evolução regulatória e estratégica.

Nível de complexidade



Baixo: baixa barreira técnica e não depende de mudanças sistêmicas

Prazo



Curto: Até 12 meses + repetição e atualização contínua

Recursos humanos



Médio: Recursos Humanos + Sustentabilidade + Apoio técnico externo



Pilar 2. Governança

Desafio 5: Responsabilidades sobre Transição Justa pouco explícitas em estruturas internas (diretoria, comitês, remuneração).

Recomendação estratégica: Formalizar e integrar a governança da Transição Justa nas estruturas decisórias das IFs, com definição clara de papéis, responsabilidades e incentivos alinhados ao desempenho institucional.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Atribuir papéis claros para diretorias, áreas técnicas e comitês (ex.: crédito, risco, ASC), incluindo a Transição Justa nos regimentos internos e estruturas de governança.

Ação 2

Incluir critérios de Transição Justa na pauta e nos fluxos de decisão de comitês (ex.: comitê de crédito, risco, investimentos), garantindo que influenciem efetivamente aprovação e priorização de operações.

Ação 3

Alinhar incentivos, incorporando metas de Transição Justa em KPIs institucionais, metas de áreas e remuneração variável.

Nível de complexidade



Médio: Formalização relativamente rápida, mas depende de vontade institucional.

Prazo



Curto: Até 12 meses

Recursos humanos



Médio: Alta gestão + Jurídico / governança + Sustentabilidade



Pilar 2. Governança

Desafio 6: Fragilidade na prestação de contas sobre impactos sociais dos investimentos relacionados à Transição Justa.

Recomendação estratégica: Instituir mecanismos formais de prestação de contas sobre os impactos sociais das operações, integrando métricas, responsabilidades e transparência aos sistemas de gestão, monitoramento e reporte das IFs.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Designar áreas e funções responsáveis pelo acompanhamento dos impactos sociais em diferentes setores atendidos (ex.: risco, ESG, negócios), com reporte regular à alta gestão e integração às instâncias de governança.

Ação 2

Estabelecer indicadores padronizados (ex.: emprego, inclusão, renda, distribuição territorial) com metas claras associadas à carteira de crédito e às estratégias institucionais

Ação 3

Incorporar indicadores sociais nos sistemas internos, relatórios (ex.: PRSAC, relatórios anuais) e processos de prestação de contas, incluindo mecanismos de revisão e auditoria.

Nível de complexidade



Alto: Exige métricas, integração a sistemas e responsabilização institucional, que são mudanças estruturais

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Sustentabilidade + Controladoria / Risco + TI / Dados + Auditoria Interna



Pilar 3. Negócios

Desafio 7: Avaliação limitada dos impactos territoriais de projetos sustentáveis ligados à agenda de transição climática.

Recomendação estratégica: Incorporar de forma sistemática a análise de impactos territoriais na origem e estruturação de projetos sustentáveis dentro da agenda de transição climática.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Incluir diagnóstico de uso do solo, dinâmicas locais e populações afetadas como etapa padrão.

Ação 2

Considerar aspectos sociais de Transição Justa como deslocamento econômico, geração e perda de empregos, pressão sobre serviços locais e conflitos fundiários.

Ação 3

Fortalecer escuta e engajamento local, exigindo processos estruturados de consulta e participação de comunidades afetadas como condicionantes do financiamento.

Nível de complexidade



Alto: Exige mudança analítica + novas competências técnicas.

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Crédito / Risco + Equipes técnicas setoriais + Sustentabilidade



Pilar 3. Negócios

Desafio 8: Fragilidade na incorporação de aspectos de Transição Justa aos processos de crédito.

Recomendação estratégica: Integrar aspectos de Transição Justa, sobretudo riscos sociais e territoriais ligados à povos e comunidades tradicionais, como componente estruturante da análise de crédito e gestão de risco.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Expandir matrizes de risco socioambiental, incluindo critérios específicos para comunidades tradicionais, direitos territoriais e modos de vida.

Ação 2

Condicionar aprovação e estruturação a mitigação adequada de riscos sociais relevantes.

Ação 3

Exigir evidências (ex.: regularização fundiária, consentimento, planos de mitigação).

Nível de complexidade



Alto: Envolve inovação financeira + mudança de lógica de crédito

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Produtos / negócios + Risco + Estruturação financeira + Especialistas em bioeconomia



Pilar 3. Negócios

Desafio 9: Ausência de salvaguardas específicas setoriais, além das mínimas regulatórias.

Recomendação estratégica: Desenvolver e adotar salvaguardas socioambientais setoriais, indo além dos requisitos regulatórios mínimos, com base em boas práticas internacionais.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Adotar diretrizes setoriais específicas.

Ação 2

Incorporar referenciais como IFC Performance Standards e princípios da OCDE/OIT.

Ação 3

Incluir condicionalidades atreladas ao cumprimento das salvaguardas.

Nível de complexidade



Alto: Mudança estrutural

Prazo



Longo: Acima de 18 meses

Recursos humanos



Alto: Negócios + comercial + Risco + Estruturação



Pilar 3. Negócios

Desafio 10: Desalinhamento entre exigências dos instrumentos financeiros atuais e a realidade socioeconômica de públicos afetados pela transição climática.

Recomendação estratégica: Criar e/ou adaptar instrumentos financeiros às características e restrições dos públicos afetados pela transição e pelos impactos das mudanças climáticas, garantindo acesso efetivo ao sistema financeiro com aderência às dinâmicas locais.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Ajustar prazos, carências, garantias e cronogramas de pagamento às condições de receita, risco e capitalização dos tomadores, considerando diferentes perfis e exposição climática.

Ação 2

Combinar financiamento com assistência técnica e apoio à estruturação de projetos, para aumentar a capacidade de execução e elegibilidade dos beneficiários.

Ação 3

Utilizar garantias, seguros e outros instrumentos para reduzir barreiras de acesso ao crédito em contextos de maior vulnerabilidade e incerteza.

Combinar recursos públicos, concessionais e privados para melhorar o risco-retorno e viabilizar projetos com alto impacto social.

Nível de complexidade



Alto: Envolve inovação financeira + mudança de lógica de crédito

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Produtos / negócios + Risco + Estruturação financeira + Especialistas em bioeconomia



Pilar 4. Engajamento

Desafio 11: Capacidade institucional ainda limitada para engajamento com populações vulneráveis e tradicionais.

Recomendação estratégica: Fortalecer a capacidade institucional das IFs para engajamento direto, estruturado e contínuo com populações vulneráveis e tradicionais, reduzindo dependência exclusiva de intermediários (ONGs e OSCs) e aprimorando a coordenação de múltiplos atores.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Criar ou fortalecer equipes com expertise em engajamento social, mediação territorial e diálogo intercultural.

Ação 2

Combinar atuação direta da IF com parcerias qualificadas (ONGs/OSCs), com papéis e fluxos claramente definidos.

Ação 3

Estabelecer fóruns ou plataformas de diálogo com stakeholders locais, reduzindo fragmentação e sobreposição de interlocução.

Nível de complexidade



Alto: Intensivo em capital humano + mudança cultural.

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Especialistas sociais / territoriais + Relações institucionais + Parceiros locais (ONGs)



Pilar 4. Engajamento

Desafio 12: Processos de consulta pública muitas vezes insuficientes ou excessivamente formais.

Recomendação estratégica: Requalificar os processos de consulta pública para torná-los efetivos, inclusivos e vinculantes, indo além do cumprimento formal regulatório.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Definir diretrizes internas para consultas qualificadas, com antecedência mínima e formatos acessíveis, garantindo linguagem clara e adequada ao público.

Exigir devolutivas formais, mostrando como as contribuições foram consideradas.

Ação 2

Solicitar evidências de incorporação das contribuições no desenho do projeto e nas condicionantes.

Tornar a consulta efetiva um critério para aprovação e desembolso em operações com maior impacto.

Ação 3

Exigir planos de engajamento com identificação dos públicos afetados e cronograma de interação.

Monitorar a qualidade das consultas com indicadores simples (ex.: diversidade de participantes, contribuições incorporadas). Revisar processos quando forem meramente formais.

Nível de complexidade



Médio: Processo estruturável, relativamente rápido.

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Médio: Sustentabilidade + Jurídico / licenciamento + Equipes de projeto



Pilar 4. Engajamento

Desafio 13: Participação ainda limitada e pouco sistemática de grupos vulneráveis no ciclo dos projetos.

Recomendação estratégica: Institucionalizar a participação de grupos vulneráveis ao longo de todo o ciclo dos projetos, de forma estruturada e contínua, e não apenas pontual.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Integrar participação em todas as fases do ciclo: Originação (diagnóstico), estruturação (desenho), implementação e monitoramento.

Ação 2

Criar mecanismos permanentes de escuta e feedback (Ex.: comitês locais, canais de escuta, ouvidorias ativas nos territórios).

Ação 3

Estabelecer requisitos de participação nos instrumentos de financiamento, condicionando operações à adoção de planos de engajamento com grupos vulneráveis.

Nível de complexidade



Alto: Integração transversal gera esforço contínuo.

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Sustentabilidade + Negócios + Jurídico + Ouvidoria / relacionamento com público



Pilar 5. Monitoramento e reporte

Desafio 14: Falta de métricas padronizadas para Transição Justa, com dificuldade na mensuração de impactos sociais locais.

Recomendação estratégica: Desenvolver e institucionalizar um sistema padronizado de métricas de impacto social (exemplos incluem emprego, renda, conflitos, uso do território), adaptado ao contexto territorial, que permita mensuração consistente e comparável ao longo da carteira.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Definir um conjunto mínimo de indicadores sociais padronizados. Exemplos incluem emprego (com recortes), renda, inclusão produtiva, conflitos, uso do território, com diretrizes claras de mensuração.

Ação 2

Adaptar métricas ao contexto setorial e territorial, complementando o núcleo padrão com indicadores específicos por setor (energia, infraestrutura, bioeconomia) e região.

Ação 3

Integrar métricas ao ciclo de crédito, tornando a coleta e reporte obrigatórios desde a análise até o monitoramento, com vinculação a sistemas internos e relatórios institucionais.

Nível de complexidade



Alto: Exige definição metodológica, integração sistêmica, padronização e comparabilidade entre setores e regiões

Prazo



Médio: Entre 12 e 18 meses

Recursos humanos



Alto: Sustentabilidade + Dados / TI + Risco e crédito + Negócios + Controladoria



Pilar 5. Monitoramento e reporte

Desafio 15: Dificuldade na integração de aspectos.

Recomendação estratégica: Estruturar uma arquitetura integrada de dados territoriais e socioeconômicos que combine bases públicas, dados dos clientes e monitoramento dos projetos, permitindo análise mais robusta de impactos.

Ações para operacionalizar a recomendação

Ação 1

Integrar bases internas e externas (ex.: IBGE, CadÚnico, MapBiomas) em uma estrutura unificada, conectando dados de projetos, clientes e território.

Ação 2

Incorporar ferramentas de análise espacial (ex.: georreferenciamento) para cruzar localização das operações com indicadores de vulnerabilidade e acesso a serviços.

Ação 3

Padronizar a coleta de dados pelos tomadores, com formatos e periodicidade definidos para facilitar consolidação e comparabilidade.

Desenvolver painéis analíticos que traduzam os dados integrados em informações úteis para decisão (ex.: priorização territorial, identificação de riscos e impactos).

Nível de complexidade

Prazo

Recursos humanos

Alto: Maior intensidade técnica + necessidade de especialistas

Longo: Acima de 18 meses

Alto: TI / Dados + Especialistas em georreferenciamento + Sustentabilidade + Parceiros

3.3 CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS PARA AS IFS

De forma geral, observa-se que alguns desafios apresentam maior viabilidade de implementação no curto prazo, sobretudo aqueles relacionados à definição conceitual, governança e capacitação. Esses temas tendem a demandar menor complexidade técnica e esforço concentrado em um número mais restrito de áreas, permitindo avanços relativamente rápidos por meio de revisão normativa, alinhamento institucional e desenvolvimento de capacidades internas. Embora não sejam triviais, configuram resultados estratégicos e de curto prazo, por estabelecerem as bases necessárias para uma atuação mais estruturada das instituições na Transição Justa.

Por outro lado, os desafios associados à integração operacional nos processos de crédito, à mensuração de impactos sociais e à institucionalização de mecanismos de engajamento exigem transformações mais profundas. Esses temas demandam articulação entre múltiplas áreas (negócios, risco, ESG, jurídico, dados), adaptação de ferramentas e processos, e, sobretudo, mudança na forma como decisões são tomadas. Nesse sentido, caracterizam-se por maior complexidade e prazo de implementação intermediário, sendo críticos para garantir que a agenda de transição justa vá além do nível estratégico e se traduza em práticas consistentes.

Os desafios mais complexos concentram-se na integração de dados territoriais, na adaptação de instrumentos financeiros e na atuação junto a entes subnacionais e públicos vulneráveis. Esses aspectos combinam elevada exigência técnica, dependência de atores externos e necessidade de inovação institucional, o que implica maior prazo de maturação e esforço especializado. Ainda assim, são fundamentais para consolidar uma abordagem efetiva para a Transição Justa, ao permitir uma atuação mais sensível às dinâmicas territoriais e às desigualdades estruturais que condicionam os impactos da transição.

Como próximos passos, recomenda-se priorizar a implementação de um plano de ação sequencial, iniciando pela consolidação de fundamentos institucionais (definição, governança e capacitação), seguido da integração progressiva nos processos de crédito, ferramentas e métricas. Paralelamente, a estruturação de pilotos em setores ou carteiras prioritárias, permitindo testar abordagens, ajustar metodologias e gerar aprendizados antes da escala, é um passo fundamental. Por fim, a agenda deve evoluir com foco em sofisticação analítica e atuação territorial, especialmente na integração de dados e no engajamento com entes subnacionais e públicos vulneráveis, garantindo que a Transição Justa seja incorporada de forma consistente, mensurável e alinhada às realidades locais.



REFERÊNCIAS

41

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Leiaute do documento de risco social, ambiental e climático (DRSAC). [s.d.]. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/leiaute-documento-2030>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Resolução BCB nº 139, de 15 de setembro de 2021. Dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=139>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CLIMATE ACTION NETWORK. CAN: discussion paper. 2025. Disponível em: <https://climatenetwork.org/wp-content/uploads/2025/10/BAM_DiscussionPaper_20251011-2.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2026.

DE MIGUEL, Carlos; LORENZO, Santiago; ALATORRE, José Eduardo; GÓMEZ, José Javier; FERRER, Jimmy; REZZA, Lucía; FERNÁNDEZ, Ignacio. *Necesidades de financiamiento y objetivos climáticos en América Latina y el Caribe*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2024. (Documentos de Proyectos, LC/TS.2024/47). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4c19a9d1-960b-4a53-a5e0-8b97f3aff544/content>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

GLOBAL INITIATIVE FOR ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL RIGHTS (GI-ESCR). Just transition negotiations at COP. 2026. Disponível em: <<https://gi-escr.org/en/just-transition-negotiations-at-cop>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) AND UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCE INITIATIVE (UNEP FI). Just transition finance: pathway for banking and insurance. 2023. Disponível em: <https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2023/11/Just-transition-finance_Pathway-for-Banking-and-Insurance.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all. 2015. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Just transition finance tool for banking and investing activities*. Geneva, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-01/JUST%20TRANSITION%20FINANCE%20TOOL_NEW.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCE INITIATIVE (UNEP FI). Financiamiento para la Transición Justa en América Latina y el Caribe. Hoja de ruta para bancos y aseguradoras.

Ginebra, 2025. Disponível em: <https://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2025/11/Financiamiento-para-la-Transicion-Justa-en-America-Latia-y-el-Caribe.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE - KATOWICE COMMITTEE ON IMPACTS (UNFCCC-KCI). Just transition coverage in nationally determined contributions and long-term low-emission development strategies, implementation within key sectors, and tracking its progress. Bonn, 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/645834>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Paris Agreement. 2015. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2026.



Brasília, setembro de 2026

